



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL
PETGeo
INFORMATIVO



Editorial

O ano vai chegando ao fim e a sensação no PET é de missão cumprida. Foram diversos seminários, palestras, oficinas de educação ambiental, grupos de estudo, grupos de conversação, a pesquisa de Erval Velho... Foram muitas atividades, que não ficaremos listando neste editorial. O importante é que o grupo se dedicou muito. Este mês, além do trabalho que sempre foi desenvolvido, é um mês de avaliações e relatórios das atividades realizadas em 2008 e de planejamento do PET-GEO para 2009.

Isso tudo sem conseguirmos - até a presente data - firmarmos o convênio com o MEC/SESU e recebermos o material e as bolsas previstas no dito convênio. Mas ainda não perdemos as esperanças e lutaremos até último dia possível para que o convênio ainda seja assinado.

Por outro lado, há uma tristeza sem tamanho em função dos últimos acontecimentos no estado. Enquanto está sendo escrito este editorial, o número de mortos está em 101. A estimativa de pessoas atingidas pelos temporais chega a 1,5 milhão. Há muitos desabrigados, que perderam suas casas, seus familiares, seus empregos... Agora é hora de se mobilizar, pois há muito trabalho pela frente. O PET está servindo de posto de coleta de doações de alimentos e roupas. Além disso, os bolsistas e a tutora já se voluntariaram para doar sangue e fazer a triagem das doações no Corpo de Bombeiros.

É isso aí! Fim de ano com muito trabalho pela frente. Mãos à obra!

Grupo PET-Geografia FAED/UDESC

PetGeo FAED/UDESC

Expediente:

Bolsistas: Ana Beatriz Ternes, Cauê Marques, Celso Senna, Crisley Silveira Raitz, Cristina Maria Dalla Nora, Daniel Pereira de Lacerda, Emmanuel Costa, Fernanda Cerqueira, Gabriela Fahl, Morgana Giovanella de Farias, Nicole Cristina Scheidt Schmitt, Rodrigo Amaral. **Tutor(a):** Vera Lúcia Nehls Dias.

Edição e Revisão:

Colaboração:

Impresso pelo Grupo PET-Geografia FAED/UDESC, em tamanho A4, fonte Arial.

Sugestões, reclamações, convites, opiniões: petgeo.udesc@gmail.com

Nessa edição:

Página

<i>Editorial Especial: Enchentes em Santa Catarina</i>	02
<i>Artigo: “Reflexões sobre o orçamento participativo de Porto Alegre”</i> por Gustavo Moresco de Oliveira.....	04
<i>Seção PET-Indica: Sugestões de literatura, cinema, e afins</i>	10
<i>Seção Eventos: datas e locais</i>	11

Editorial Especial: Enchentes em Santa Catarina

Por Vera Lúcia Nehls Dias

Não poderíamos publicar este informativo sem fazermos menção à tragédia que se abateu no estado em decorrência das chuvas e da falta de cumprimento das leis que regulamentam o uso do solo. Não obstante termos perdido (até agora) 122 pessoas (além de mais de 19 desaparecidos confirmados), 78.707 desalojados e desabrigados e contabilizarmos prejuízos econômicos incalculáveis, contamos agora com a irresponsabilidade dos governantes que querem manter, a todo custo, as atividades turísticas no estado.

Alguns dados divulgados na imprensa dão conta de lembrar que o Brasil é 23º país em catástrofes e Santa Catarina o primeiro estado neste ranking. Estes dados, aliados as perdas humanas que os ilustram de maneira cabal talvez ajudem a barrar o Projeto de Lei (PL 0238.0/2008), encaminhado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, "que quer aprovar a toque de caixa um novo Código Ambiental que autoriza a total destruição dos ecossistemas em Santa Catarina. Maior destruição ambiental, maior aquecimento global, terreno fértil para a ocorrência das chamadas "catástrofes naturais" contemporâneas." (Artigo Publicado no Diário Catarinense em 29/11/08 e assinado por diversos profissionais ligados a instituições públicas, ONGS, universidades)

Não podemos continuar a produzir situações como a que estamos vivendo e aprovar a tal Lei é abrir passagem para que novos e futuros acidentes voltem a ocorrer. Além disso, atrair turistas neste momento é irresponsável, pois ainda temos muitas áreas de risco (uma vez que o período de chuvas ainda se estende verão adentro e não temos ainda claro a magnitude dos estragos e dos riscos de deslizamentos – principal causa das mortes no Estado). Florianópolis, felizmente, é uma das áreas menos atingidas e só com o deslocamento da população local do Norte para o Centro da cidade já amargamos com congestionamentos de 3 horas de duração, cujo acesso está interrompido e a previsão é de mais 20 dias em obras para restabelecer o acesso. Isso se a chuva parar. Os desvios não suportam tanto trânsito e as estradas já não estão mais transitáveis em alguns pontos.

Como receber turistas nestas condições? E as demais cidades então? Ainda não tem nem o serviço rotineiro restabelecido, como oferecê-lo aos turistas? A idéia de turismo com todos estes eventos é absurda neste momento. Quem conseguiria desfrutar de lazer nestas condições? Vamos precisar dos turistas sim, sobretudo tendo em vista que estamos em época de crise econômica generalizada, com recessão batendo às portas.

Vamos precisar da vinda de pessoas para desfrutarem das belezas do Estado, e que deixem aqui recursos imprescindíveis para a reconstrução de algumas cidades, mas neste momento, precisamos mesmo é de voluntários que ajudem a colocar alguma ordem no caos. Voluntários que auxiliem as pessoas a acreditarem que uma vida normal é possível, dentre tantas perdas. Os voluntários, aliás, têm dado lições importantes nos governantes: **7,8 milhões em dinheiro, sem falar nas doações de vestuário, móveis, alimentos e produtos de limpeza, além da mão-de-obra para circulação e distribuição das doações que chegam de todas as partes do país. Estes valores somados já encostam nos minguados recursos ofertados pelo governo federal (1,6 bilhão), que mais uma vez mostra os limites da sua ajuda, quando se compara o montante liberado para salvar bancos privados (160 bilhões liberados recentemente pelo governo Lula ao sistema**

financeiro. Fonte: http://www.pstu.org.br/nacional_materia.asp?id=9246&ida=20) e os recursos destinados aos desabrigados pelas chuvas (liberando R\$ 1,6 bilhão para ajudar na recuperação de estradas, casas e para ações da Defesa Civil e das Forças Armadas. O dinheiro será usado para ajudar não só Santa Catarina, mas também outros estados que venham a sofrer com as fortes chuvas previstas para o verão.) Fonte: http://jornale.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15675&Itemid=54

O turismo necessário neste momento para Santa Catarina é de voluntários - para dar conta da enorme quantidade de doações que chegam do Brasil inteiro, a ponto da defesa civil suspender temporariamente o recebimento, enquanto encontra lugar para armazenar tantos donativos.

Essa é a demonstração cabal de que se existem entre nós alguns que tentam "levar vantagem" em situações dramáticas como esta, a maioria esmagadora dos brasileiros dá mostras de solidariedade rara nos dias de hoje. A reconstrução destas cidades com maior respeito às condições naturais é nosso maior desafio. Blumenau foi a primeira cidade brasileira a ter secretaria de meio ambiente, pois precisou adaptar a produção de suas exportações ao exigente mercado europeu, que não abria mão de regras de controle ambiental de resíduos industriais. Agora a situação é outra e a exigência não pode ser mais externa, temos que zelar pela segurança de todos os moradores. Essa é a prioridade.

REFLEXÕES SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE E SUA IMPLICAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO

Gustavo Moresco de Oliveira¹

Resumo

A prática do Orçamento Participativo em Porto Alegre serve atualmente de parâmetro, segundo alguns autores, para o estudo da chamada democracia participativa e, também, da idéia de autonomia numa sociedade onde domina o conceito de democracia representativa, centralização do poder e das decisões de cunho público, como a destinação de recursos públicos a uma determinada área de interesses. O Orçamento Participativo destaca-se, neste ponto, por entender que as decisões não devem, exclusivamente, ser tomadas pelo Poder Público Central, mas também, pelas diferentes camadas da população que compõem a rede social, empreendendo a autonomia e a participação. Analisar-se-á neste trabalho, por fim, de que maneira o OP pode colaborar na organização do espaço urbano e em sua rede de relações sociais, políticas e econômicas.

Palavras-chave: Orçamento Participativo, Espaço Urbano, Autonomia, Democracia Participativa.

INTRODUÇÃO

A autonomia, aliada a democracia do Orçamento Participativo de Porto Alegre, pode, em algum momento, alterar a dinâmica do espaço urbano? A relação entre os agentes controladores do espaço pode mudar com a inserção de uma democracia mais participativa, sem que a mesma perca a idéia de representatividade, através do OP?

O presente trabalho tem por objetivo, com base nos dois principais questionamentos supracitados, analisar em que medida o Orçamento Participativo de Porto Alegre evidencia a idéia de democracia participativa e de autonomia dentro da sociedade porto-alegrense e, ainda, em que medida o OP pode alterar o espaço urbano e as redes de relações sociais intrínsecas a ele sem que este processo provoque uma desestabilização na sociedade.

O espaço histórico a que esta análise se delimita é compreendido desde os primeiros anos do Orçamento Participativo em fins da década de 1980, passando por toda a década de 1990 e parte da década de 2000, espaço este que será devidamente explicitado durante o trabalho, quando pertinente.

1. SOBRE O FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Entre os dias 23 e 24 de abril de 2008 a 5ª. Fase do Curso de Graduação em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina, através da disciplina de Geografia Urbana, estive no município de Porto Alegre com a intenção de estudar *in loco* as práticas do Orçamento Participativo. Durante estes dois dias os alunos tiveram acesso a

¹ Acadêmico da 6ª. Fase do Curso de Graduação em Geografia, pela FAED/UDESC.
morescogeo@gmail.com

palestras, reuniões, assembléias do OP, conversas, dentre outras atividades que tinham como escopo o acesso a diversos pontos de vista referentes à funcionalidade do OP.

Sobre a sua funcionalidade, entendeu-se que o Orçamento Participativo caracteriza-se como uma forma de participação popular na gestão pública. Num primeiro momento, a prefeitura com o apoio de técnicos e conselheiros subdividiu o município de Porto Alegre em várias regiões, que tinham o objetivo que facilitar a democratização do orçamento possibilitando à gestão pública chegar a um nível mais próximo da população, entendendo suas reivindicações e buscando soluções localizadas. Estas regiões foram divididas de maneira que a população residente em cada uma das mesmas tivesse alguma relação coletiva ou social, generalizando, assim, suas reivindicações.

Definidas as regiões, a prefeituras durante alguns meses do ano, organiza assembléias onde a população de cada região comparece objetivando definir para sua área que obras do OP são mais relevantes. No decorrer destas assembléias é que se percebe a maneira como a democracia representativa e a democracia participativa se aproximam, tornando políticos pessoas comuns passíveis de erro e culpa perante seus “eleitores”, pois os mesmos, nestas assembléias, têm direito a voz e voto. Voz esta que por vezes fere o ego de alguns políticos e conselheiros.

Ainda visando às assembléias, é nelas que, com o auxílio da população, a eleição de conselheiros, delegados e prioridades se definem os gastos do Orçamento para o ano que vem. Ou seja, a população escolhe no que e, em certa parcela, o quanto que a prefeitura irá gastar em sua região no próximo ano.

2. A IDÉIA DE AUTONOMIA

Para este trabalho a compreensão da idéia de autonomia é de vital importância. Para tanto, utilizaremos a definição de Cornelius Castoriadis disposta em seu livro “A Instituição Imaginária da Sociedade”:

[...] a autonomia não é eliminação pura e simples do discurso do outro, e sim elaboração desse discurso, onde o outro não é material indiferente, porém conta para o conteúdo do que ele diz, que uma ação intersubjetiva é possível e que não está fadada a permanecer inútil ou a violar por sua simples existência o que estabelece como seu princípio. É por isso que pode existir uma política de liberdade e que não ficamos reduzidos a escolher entre o silêncio e a manipulação, nem mesmo a simples consolação: “afinal o outro fará o que quiser”. (CASTORIADIS, 2000, p. 129).

Com estas palavras entende-se que a autonomia não pode se caracterizar como individual, mas sim como dependente de um coletivo social, estando este coletivo “[...] dentro da interdependência entre indivíduos, e como problema político e social.” (TARTARUGA, 2001, p. 79). Neste sentido o Orçamento Participativo se aproxima de uma autonomia social, ao possibilitar que as mais diferentes classes sociais da população porto-alegrense obtenham acesso à informação e que possam, através disto, decidir coletivamente no que sua parcela de recursos do Orçamento Municipal deve ser gasta em um dado momento para sua comunidade, como a construção de escolas, creches, pavimentação de estradas, canalização de esgotos, iluminação, dentre muitas outras obras.

Em caráter de exemplo, durante a saída de campo com a disciplina de Geografia Urbana à Porto Alegre, em uma das assembleias do OP, em período de eleição dos conselheiros das regiões, notou-se uma considerável participação da comunidade, houve distribuição de panfletos por parte das duas chapas, que apesar de apresentarem bases propositivas diferentes, tinham o mesmo objetivo de atender aos interesses de sua região, embora focando em prioridades diferentes.

Ainda em relação ao exemplo supracitado, por parte deste autor, notou-se que é enorme a brecha que este sistema pode apresentar abrindo portas para a influência de partidos políticos e, por consequência, o surgimento de figuras políticas pautadas na comunidade, que mesmo raramente, podem se aproveitar da mesma para atender a objetivos individuais.

3. A IDÉIA DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Juntamente com a idéia de autonomia social presente no Orçamento Participativo, autonomia esta que já foi trabalhada anteriormente atinge-se um estágio de democracia com poucos precedentes. Esta democracia não se caracteriza como sendo a mesma exercida em outras instâncias do Poder Público, pois a idéia de democracia que se aplica atualmente baseia-se na representatividade como forma de agilizar o aparato do Estado e permitir ao capitalismo o exercício de sua influência sobre as decisões do Poder Público, desconstruindo, assim, o objetivo principal da democracia como amenizadora das disparidades políticas e sociais provocadas, em grande parte, pelo próprio capitalismo.

Segundo Luciana Rosa Marques,

[...] para Boaventura de Sousa Santos, a democracia assumiu um lugar central no campo político no século XX, no qual foi objeto de disputa entre regulação e emancipação. Um dos processos que levou à quebra do equilíbrio entre emancipação e regulação em favor da segunda foi a redução da política a uma prática social setorial e especializada, com uma rígida regulação da participação. (MARQUES, 2008).

Esta rígida regulação da participação pode ser interpretada como a influência capitalista sobre a política estatal na grande maioria dos países. A influência capitalista torna o Estado passível de erros e de focalização em apenas alguns setores pertinentes aos interesses capitalistas.

Com a vitória nas eleições para a prefeitura de Porto Alegre em fins da década de 1980 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que era, e ainda é, reconhecidamente de esquerda evidenciou-se, mesmo em fins de Ditadura Militar, que grande parcela da população simpatizava com ideais esquerdistas. Com Olívio Dutra como prefeito, começou, em Porto Alegre, a implementação do Orçamento Participativo, praticamente nos mesmos moldes atuais, exceto por algumas poucas adaptações daquela época até atualmente.

É durante a consolidação do OP que se tornará clara a idéia de democracia participativa como foi trabalhada por Boaventura de Souza Santos e diversos outros teóricos. Da conexão entre autonomia e democracia participativa nota-se que o OP é um dos exemplos mais atuais e concretos em relação à resistência, mesmo que parcial, às influências capitalistas sobre a política e a conscientização do Estado quanto às necessidades das mais diversas classes e a sua força perante um “poder” que ainda predomina sobre a sociedade brasileira.

4. AS IMPLICAÇÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Definidos os parâmetros aos quais o Orçamento Participativo exercido em Porto Alegre se baseia, tendo como benefícios uma democracia mais participativa e o exercício da autonomia social, partimos então a uma sucinta análise das implicações que estes benefícios podem trazer para a organização do espaço urbano municipal. Para tanto, usaremos como alicerce as idéias de Marcelo José Lopes de Souza e Roberto Lobato Corrêa.

Marcelo Lopes, antes de tratar de autonomia diretamente, procura desmistificar o conceito de desenvolvimento utilizado atualmente na academia, pela maior parte da população brasileira e pela própria política estatal, por influência capitalista e através da mídia. O desenvolvimento não deve ser considerado somente pelo seu cunho econômico, mas sim pela melhoria das condições de vida da população, diferentemente da idéia, já bastante enraizada, de progresso, que tanto direciona o Estado atual. Um país, também segundo Marcelo, não pode ser considerado realmente desenvolvido, ou em vias de desenvolvimento, sem que se considere até que ponto a sua população exerce a democracia propriamente dita, ou participativa e, muito menos, se esta população não apresenta uma autonomia social, tanto em nível local, como regional ou, ainda, mais amplo.

Segundo Souza, na sociedade brasileira, excetuando pouquíssimos casos, a luta de classes se dá pela falta de autonomia perante o Estado e pela ausência do mesmo em locais de maior necessidade. Como contrapartida a população pobre busca válvulas de escape, que geram ou são muitas vezes entendidas como violência e criminalidade. A elite por sua vez, como controladora do Estado e grande proprietária capitalista tende a virar as costas para este problema recorrente e ao mesmo tempo tenta “responder” a esta conjuntura, através da auto-segregação, da militarização e da violência.

Esta prática é evidente em muitas cidades brasileira, como Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto o fato é que, por mais que o Orçamento Participativo torne mais democráticas e autônomas as decisões orçamentárias, a burguesia continua provocando conflitos e as classes mais baixas continuam tentando responder a tais situações, mas de maneiras diferentes, já que o Estado, relativamente, deixou de ser tão alheio aos problemas urbanos. Vê-se, portanto, que sob a óptica de Marcelo Lopes de Souza, a democracia e, principalmente, a autonomia aliada à atenção do Estado para com os problemas sociais pode alterar a rede de relações sociais que o espaço urbano gera e, por consequência, alterar o próprio espaço urbano.

Roberto Lobato Corrêa não analisa o Orçamento Participativo de Porto Alegre, nem sequer trabalha com conceitos de autonomia, mas se faz pertinente a este trabalho por apresentar uma definição de espaço urbano que pode ser aplicada ao município de Porto Alegre na intenção de possibilitar uma interessante comparação com outros municípios. Para Lobato o espaço urbano contemporâneo, inserido no sistema capitalista, é “[...] fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas.” (CORRÊA, 1989, p. 9).

Se aplicado à problemática do OP o significado do espaço urbano, segundo o autor, torna-se claro. Dentro do Orçamento Participativo, tenta-se respeitar a fragmentação do espaço urbano através das regiões, atendendo a interesses distintos sem esquecer que há uma articulação entre as diferentes classes sociais e regiões, já que existem interesses

comuns. Reflexo e condicionante social evidenciam-se como uma consequência das decisões tomadas no OP, pois dentro do mesmo são decididas prioridades que, quando postas em prática, são capazes de alterar o espaço urbano em diferentes intensidades. O OP por si só já se tornou um símbolo do espaço urbano porto-alegrense, obras realizadas pelo mesmo não são poucas e, por fim, a característica principal do Orçamento é a de ser um verdadeiro campo de lutas, onde movimentos sociais, a população em suas mais diversas camadas e o Poder Público se encontrar expõem problemas, discutem e decidem práticas a serem seguidas.

Roberto Lobato define, ainda, aos moldes de um marxista, quem são os principais produtores do espaço urbano:

Quem são estes agentes sociais que fazem e refazem a cidade? Que estratégias e ações concretas desempenham no processo de fazer e refazer a cidade? Estes agentes são os seguintes:

- (a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- (b) Os proprietários fundiários;
- (c) Os promotores imobiliários;
- (d) O Estado; e.
- (e) Os grupos sociais excluídos. (CORRÊA, 1989, p. 12).

No âmbito do Orçamento Participativo a figura dos proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários tendem a perder influência sobre o Estado, principalmente estando este sobre o controle da esquerda brasileira, e o próprio Estado conseqüentemente, tende a tornar-se mais atento às reivindicações de grupos sociais excluídos, sendo estes representados pelas classes trabalhadoras (médias e baixas), além do chamado subproletariado (parcela da população, de acordo com Karl Marx, sem real aptidão para o trabalho) e, também, os movimentos sociais urbanos.

Fica claro, portanto, que o capitalismo como controlador do Estado em diversas instâncias, estando sob a influência do Orçamento Participativo passa a perder forças ou, pelo menos parte dela, em relação às decisões orçamentárias da gestão pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreendeu-se neste trabalho uma reflexão pelas atribuições do Orçamento Participativo de Porto Alegre, analisando de maneira sucinta as idéias em que o mesmo se baseia e que retornos ele pode trazer para a sociedade e para o espaço urbano ao qual engloba. A autonomia, juntamente com o exercício de uma democracia participativa, gerada pelo OP, transformou a sociedade porto-alegrense e ainda a transforma de tal maneira, que a própria população não imagina mais o município sem esta prática. Por fim, evidenciou-se, através deste trabalho que o Orçamento Participativo é capaz de alterar juntamente com a sociedade, o espaço urbano de maneira mais ou menos eficaz, dependendo de sua aplicação. Resta ao Estado, sendo o mesmo entendido como uma instância já consolidada, compreender que a autonomia da população e o exercício de uma democracia verdadeiramente participativa é algo inerente ao desenvolvimento comum.

REFERÊNCIAS

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 418 p.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.

MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 102, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jun 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich,. **Manifesto do partido comunista**: seguido de GOTHA. Porto Alegre: LPM, 2004. 136 p. ISBN 8525411248 (broch)

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996. 87p.

TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. "Participação, identidade e autonomia". In: **Boletim gaúcho de geografia n. 27** (dez. 2001), p. 78-85. : il.

WASELFITSZ, Júlio Jacobo et alii. **Nos Caminhos da Inclusão Social**: a rede de participação popular de Porto Alegre. Brasília: Unesco, 2004. p. 17-44.

PET-Indica

(boas sugestões para as férias)



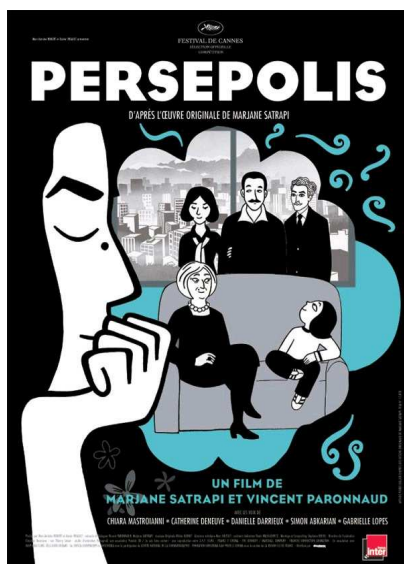
A Culpa é do Fidel, primeiro filme de ficção dirigido por Julie Gavras (filha do cineasta grego Costa-Gavras), retrata a visão de mundo de Anna, que tem nove anos e vive uma vida tranqüila e confortável com seus pais, Marie (Julie Depardieu) e Fernando (Stefano Accorsi), sua babá e seu irmão caçula, François (Benjamin Feuillet). Mas sua vida bem organizada se complica com a prisão de um tio espanhol, que era comunista, e uma visita ao Chile do recém-eleito Salvador Allende.

País de Origem: Itália / França

Tempo de Duração: 99 minutos

Ano de Lançamento: 2006

Site Oficial: lafauteafidel-lefilm.com



Persépolis é uma animação baseada nos quadrinhos (autobiográficos) de Marjane Satrapi que conta a história de uma jovem iraniana. Durante a Revolução Islâmica, ela começa a descobrir que está chegando à maturidade e deve lidar com mais responsabilidades - não só de seus atos, mas no modo de pensar. O filme fala de como a Revolução afetou sua vida, assim como A Culpa é do Fidel. É interessante notar nos dois filmes a percepção das crianças acerca dos acontecimentos políticos.

País de Origem: França / EUA

Tempo de Duração: 95 minutos

Ano de Lançamento: 2007

Site Oficial: sonypictures.com/classics/persepolis/



Árvores Geneticamente Modificadas, de Chris Lang. Na Tailândia os agricultores chamam o eucalipto de "a árvore egoísta", porque as plantações de eucaliptos absorvem os nutrientes do solo e consomem tanta água que nos campos vizinhos não é possível plantar arroz. O povo indígena Mapuche da região andina entre Chile e Argentina se refere às plantações de pinheiros como 'milicos plantados', porque são verdes, formam fileiras e avançam. No Brasil as plantações florestais são chamadas de 'deserto verde' e na África do Sul, 'câncer verde'. O livro propõe o debate sobre o avanço das plantações de árvores GM com a consequente ampliação dos 'desertos verdes' e demais efeitos devastadores para o meio ambiente.
www.estantevirtual.com.br

Eventos

Natural History and Evolution Just Before Darwin

O evento está incluído na programação de eventos comemorativos do segundo centenário do nascimento do naturalista Charles Darwin (1809-1882) e dos 150 anos de publicação do livro *A origem das espécies* (1859).

Quando: 7 a 9 de dezembro

Onde: Itu – São Paulo

Para saber mais: www.abfhib.org

Sentidos de Lévi-Strauss

O evento, que comemora simultaneamente o aniversário de 75 anos da Universidade de São Paulo (USP) e o centenário do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908), é promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros e pelo Centro Universitário Maria Antônia, ambos da USP.

Quando: até 11 de dezembro
Onde: São Paulo
Para saber mais: www.ieb.usp.br

VI Colóquio de Geografia de Coimbra

O evento terá como foco a utilização dos SIG's.

Quando: 12 e 13 de dezembro
Onde: Coimbra, Portugal
Para saber mais: <http://www1.ci.uc.pt/ieg/ieg/dinamic/1circular.pdf>

1º Seminário Internacional de reservas da Biosfera em Ambiente Urbano

Sendo Florianópolis a primeira cidade a apresentar a UNESCO a proposta de RB em ambiente urbano, o conjunto de entidades da região, apresenta a proposta de evento como uma resposta as ações coletivas que vem sendo desenvolvidas pela sociedade e entidades de Florianópolis para o desenvolvimento do projeto piloto. Aos fins de avançar no conceito e nas ações de implementação do projeto e colaborar para a construção de outros nos países que estão desenvolvendo outras iniciativas.

Quando: 15 e 16 de dezembro
Onde: Florianópolis
Para saber mais: <http://www.biosferafloripa.org.br>